



EDITAL – BENS – SRP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10.036/2023

Processo Administrativo nº 09260022/2023

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura municipal de Craíbas/AL, por meio do Pregoeiro e equipe de apoio designados pela Portaria nº 84/2023, sediada na Rua Pedro Gama, 122, Centro, Craíbas/AL, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por item nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 22 de novembro de 2023

Horário: 10h00min

Local: Portal da Bolsa Nacional de Compras- BNC – www.bnc.org.br

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

1. OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene destinados a atender as necessidades do Município de Craíbas/AL, de conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 2.1 O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Craíbas/AL.
- 2.2 São participantes os seguintes órgãos e entidades:
 - 2.2.1 TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS;

3. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. CREDENCIAMENTO



4.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4.5 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada à BNC – Bolsa Nacional de Compras ou pelos telefones: Ponta Grossa-PR (42) 3026 4570, (42) 3026 4550 (whatsapp); ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail **contato@bnc.org.br**.

5. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que esteja previamente credenciado perante o provedor do sistema eletrônico no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis antes da data de realização da sessão, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019.

5.1.1 Em relação aos itens 64, 106, 116 e 176 correspondem à cota de 25% para participação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da sua participação na cota principal, já os itens 63, 105, 115 e 175 são de participação ampla.

5.1.1.1 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, na forma do art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar nº 123, de 2006, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

5.1.1.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a Adjudicação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

5.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:



- 5.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 5.2.2 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 5.2.3 Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante registrará, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes declarações:
- 5.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- 5.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 5.3.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 5.3.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 5.3.5 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.6 Que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 5.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e no Edital.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1 Valor unitário e total do item;

7.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no mínimo, a descrição do objeto, valor unitário e total.

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7.6.1 O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 A abertura da licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no Edital.

8.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6 O lance deverá ser ofertado **pelo valor unitário do item**.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances é de 2% (dois por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de valor.

8.10 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.13 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam



ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.14 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.15 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.16 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.17 Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

8.18 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;

8.18.1 Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.21 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no *chat*.

8.23 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido no Edital e seus anexos.

8.24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.



8.26 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.27 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.28 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.30 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.31 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

8.31.1 no país;

8.31.2 por empresas brasileiras;

8.31.3 por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.31.4 por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

8.32 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.33 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

8.33.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.33.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados.



8.34 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao máximo aceitável para contratação, observado o disposto no Decreto Federal nº 10.024/2019.

9.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços total ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.4 Na hipótese de necessidade de realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.4.1 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.4.1.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7 O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no Edital.

9.7.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtida melhor proposta.

9.7.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.8 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova



verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto no Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;

10.1.2. Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral do Estado de Alagoas;

10.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.3.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.3.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.1.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feitas pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos do Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação jurídica:

10.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.8.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

10.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

10.9.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



10.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.9.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.9.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.9.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.9.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

10.10.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou do seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias da data da sua apresentação.

10.10.2. A licitante deverá comprovar o capital social mínimo de 5% (cinco por cento) do valor unitário estimado da contratação;

10.11. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

10.11.1. Comprovação de execução de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado; de acordo com o inciso II e o § 4º do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

10.11.2. O(s) atestado(s) deverão referir-se a serviço(s) prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.11.3. Sempre que solicitado, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), inclusive, dentre outros documentos, cópia do contrato que dá suporte ao atestado, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a licitante será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.



10.13.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sendo concedido o mesmo prazo para regularização.

10.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.16. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.18. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.18.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.18.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.19. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.19.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.20. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.20.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.21. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.22. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



10.23. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento, o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.



12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema BNC, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de



Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

16.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

16.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contado da data de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Município, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.5. Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.5.1. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTE

17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência.



18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. As regras acerca do recebimento do objeto e do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1 As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Prática ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:

21.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preço;

21.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;

21.1.3. Apresentar documentação falsa;

21.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;

21.1.5. Não mantiver a proposta;

21.1.6. Falhar na execução do contrato;

21.1.7. Fraudar a execução do contrato;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

21.1.9. Declarar informações falsas; e

21.1.10. Cometer fraude fiscal.

21.2. As sanções do subitem 21.1. também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

21.3. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto Federal nº 10.024/2019:

21.3.1 Impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, por prazo não superior a 5 (cinco) anos; e

21.3.2 Multa.

21.4 A multa pode ser aplicada isolada ou cumulativamente com as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Alagoas e descredenciamento nos seus sistemas cadastrais de fornecedores, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.



21.5 Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.5.1 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado de Alagoas ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.7 A aplicação de qualquer das sanções previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Decreto Federal nº 10.024/2019, e subsidiariamente na Lei nº 6.161, de 2000.

21.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.

21.9 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS.

22 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

22.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

22.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

22.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

22.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



- 23.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital.
- 23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cplcraibas@gmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada na Rua Pedro Gama, nº 122, centro, Craíbas/AL.
- 23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, no endereço indicado no Edital.
- 23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2. Não havendo sido informada data e horário, ou não continuada a sessão na data e horário informados, o reinício da sessão somente ocorrerá depois da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes no *chat* e no Diário Oficial do Município, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis.
- 24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as do Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bnc.org.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua Pedro Gama, nº 122, centro, Craíbas/AL, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 14 horas.

24.12. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

24.12.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

24.12.3. ANEXO III - Minuta de Termo de Contrato;

24.12.4. ANEXO IV - Modelos de Declarações;

TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA

Prefeito do Município de Craíbas/AL



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA APRESENTAÇÃO

1.1. Art. 3º O SRP poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

1.1.1. Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

1.1.2. Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

1.1.3. Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de 1 (um) órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

1.1.4. Quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

1.2. A Ata de Registro de Preços, decorrente do registro de preços, é documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2. DO OBJETO

2.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza destinados a atender as necessidades do Município de Craíbas/AL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	TOTAL	VALOR UNIT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1.	Absorvente higiênico com abas - absorvente, normal, cobertura suave, com abas, 03 (três) linhas adesivas, indicado para fluxo contínuo, pacote com 8 unidades. Deve possuir prazo de validade de no mínimo 12 meses a contar da entrega.	PCT	200	R\$ 8,71	R\$ 1.742,00
2.	Absorvente higiênico pós-parto - uso hospitalar, confeccionado com material absorvente hipoalergênico, com abertura interna em falso tecido, revestido externamente por película impermeável, espessura compatível com fluxo abundante, medidas aproximadas: 10cm x 37cm. Embalagem constando externamente dados de identificação, procedência, data da fabricação e prazo de validade. Em pacotes com 20 unidades.	PCT	200	R\$ 18,36	R\$ 3.672,00



3.	Água Sanitária – Alvejante desinfetante de uso geral. Componente ativo: NaClO (hipoclorito de sódio) – teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p isento de sujidade. Acondicionado em embalagem adequada de 01 litro.	UND	9.000	R\$ 4,47	R\$ 40.230,00
4.	Água Sanitária – Alvejante desinfetante de uso geral. Componente ativo: NaClO (hipoclorito de sódio) – teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p isento de sujidade. Acondicionado em embalagem adequada de 05 litros.	UND	4.000	R\$ 13,15	R\$ 52.600,00
5.	Álcool 70% - Princípio ativo: álcool etílico hidratado. Em embalagem spray aerossol de 300 ML.	UND	700	R\$ 14,47	R\$ 10.129,00
6.	Álcool em gel 70% - Princípio ativo: álcool etílico hidratado. Embalagem de 500ml.	UND	1.000	R\$ 10,50	R\$ 10.500,00
7.	Álcool Etilico - aspecto físico líquido límpido, incolor, volátil, teor alcoólico, fórmula química c2h5oh, peso molecular 46,07 g/mol, grau de pureza 54°gl, característica adicional hidratado, frasco com no mínimo 1 litro.	UND	1.500	R\$ 15,95	R\$ 23.925,00
8.	Algodão em Bolas - Cor: branca. COMPOSIÇÃO: fibras 100% Algodão purificadas e alvejadas. Algodão Hidrófilo. Embalagem com 95g.	EMB	300	R\$ 9,55	R\$ 2.865,00
9.	Amaciante para Roupa - aspecto físico líquido viscoso, composição: tensoativo não iônico, coadjuvante, alcalinizante, aplicação amaciante artigos têxteis, características adicional líquido concentrado. Embalagem de plástica 5 litros.	UND	1000	R\$ 30,40	R\$ 30.400,00
10.	Aparelho de Barbear - tipo lâmina descartável, material lâmina aço, com no mínimo 02 lâminas, material cabo de plástico, anatômico, antideslizante.	UND	300	R\$ 5,86	R\$ 1.758,00
11.	Aromatizador de Ambiente – ingredientes ativos, benzoato de sódio, borato de sódio, fragrância e propelentes. Acondicionado em embalagem adequada de 300 ml.	UND	500	R\$ 20,00	R\$ 10.000,00
12.	Avental Plástico Para Cozinha – avental impermeável, higiênico, de alta durabilidade, alça reforçada em nylon, com tamanho aproximadamente de 60cm x 90cm.	UND	1.000	R\$ 12,28	R\$ 12.280,00
13.	Aromatizantes de veículos – fragrância diversas. Acondicionado em embalagem de 60 gramas.	UND	300	R\$ 9,44	R\$ 2.832,00
14.	Bacia plástica grande 32L - Bacia de material plástico rígido, tamanho grande, e diâmetro de aproximadamente 47 cm. Capacidade mínima 32L.	UND	300	R\$ 35,43	R\$ 10.629,00
15.	Bacia plástica média 15L - Bacia de material plástico rígido, tamanho médio, e diâmetro de aproximadamente 40 cm. Capacidade mínima 15L.	UND	300	R\$ 19,50	R\$ 5.850,00
16.	Bacia Plástica Pequena 2 5 L - Bacia de material plástico rígido, Capacidade mínima 2 5L.	UND	200	R\$ 25,18	R\$ 5.036,00
17.	Bacia Plástica Pequena 5L - bacia de material plástico rígido, tamanho pequeno, e diâmetro de aproximadamente 31 cm. Capacidade mínima 5L.	UND	200	R\$ 7,53	R\$ 1.506,00
18.	Balde em Plástico 12L – Extra reforçado. Capacidade para 12 litros.	UND	300	R\$ 10,88	R\$ 3.264,00
19.	Balde em Plástico 20L - Extra reforçado. Capacidade para 20 litros.	UND	300	R\$ 18,28	R\$ 5.484,00



20.	Balde em Plástico 60L - Extra reforçado. Capacidade para 60 litros.	UND	200	R\$ 43,12	R\$ 8.624,00
21.	Banheira infantil 20L - material: Plástico; capacidade mínima de 20 litros de água; Com válvula de escoamento; Com espaço para sabonete; Livre de BPA; Material resistente; desenvolvida para criança com no máximo 20kg. Cor a escolha da administração.	UND	300	R\$ 54,08	R\$ 16.224,00
22.	Borrifador Pulverizador Plástico de 500 ml Spray.	UND	100	R\$ 7,74	R\$ 774,00
23.	Cera Polidora – cera em pasta para polimento e limpeza de automóveis. Acondicionada em embalagem de 200 gramas.	UND	100	R\$ 21,63	R\$ 2.163,00
24.	Cera Líquida: - cera líquida para aplicação sobre pisos cerâmicos não vitrificados, lajotas, ladrilhos, mármore, vulcapiso, pedras, granitos e paviflex, cor: incolor/amarela/vermelha. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, informações do fabricante, procedência, composição, nº do lote, validade e nº de Registro do Ministério da Saúde. Embalagem Frasco com 750 ml.	UND	500	R\$ 14,40	R\$ 7.200,00
25.	Cesto Lixeira Plástica 100 litros com pedal - Fabricadas em PP; Haste na parte de fora da lixeira, evitando o acúmulo de resíduos; Pedal para abertura, evitando o contato direto com o lixo; Articulação com armação para segurar o saco de lixo. Cor Branca.	UND	300	R\$ 74,95	R\$ 22.485,00
26.	Cesto Lixeira Plástica 50 litros com pedal - Fabricadas em PP; Haste na parte de fora da lixeira, evitando o acúmulo de resíduos; Pedal para abertura, evitando o contato direto com o lixo; Articulação com armação para segurar o saco de lixo. Cor Branca.	UND	300	R\$ 74,59	R\$ 22.377,00
27.	Cesto Lixeira Plástica - Cesto de lixo em plástico resistente com formato redondo e telado, sem tampa, com capacidade aproximadamente de 10 litros.	UND	300	R\$ 7,77	R\$ 2.331,00
28.	Cesto Lixeira Plástica - Cesto de lixo em plástico resistente com formato redondo, com tampa, com laterais fechadas, com pedal e capacidade aproximadamente de 10 litros.	UND	300	R\$ 20,94	R\$ 6.282,00
29.	Cesto para Lixo 20L - material plástico PP, resistente, formato tubular, capacidade 20L, com tampa acionada por pedal, cor branca ou preta.	UND	300	R\$ 20,98	R\$ 6.294,00
30.	Cesto para Lixo 50L - material plástico PP, resistente, formato tubular, capacidade 50L, com tampa vai e vem, cor branca ou preta.	UND	300	R\$ 45,20	R\$ 13.560,00
31.	Cesto plástico 75 L - redondo, com tampa. Material polipropileno. Capacidade 75 litros.	UND	150	R\$ 61,18	R\$ 9.177,00
32.	Colônia de Alfazema – benzalkonium cloridrato, perfume, álcool, propileno glicol, água. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 118 ml cada.	UND	500	R\$ 7,15	R\$ 3.575,00
33.	Cesto de Lixo: Cesto de lixo em plástico resistente com formato redondo, com tampa, com laterais fechadas, com pedal e capacidade aproximadamente de 15 litros.	UND	300	R\$ 21,05	R\$ 6.315,00
34.	Cesto de Lixo: Cesto de lixo em plástico resistente com formato redondo, com tampa, com laterais fechadas, com pedal e capacidade aproximadamente de 30 litros.	UND	300	R\$ 35,90	R\$ 10.770,00
35.	Colônia para bebês - Água de colônia sem álcool, hipoalérgico, fragrância suave e delicada, dermatologicamente	UND	500	R\$ 21,61	R\$ 10.805,00



	testado - 100ml.				
36.	Condicionador - para todos os tipos de cabelo. Embalagem com no mínimo 300ml.	UND	500	R\$ 15,70	R\$ 7.850,00
37.	Condicionador - para todo tipo de cabelo. Embalagem de 5L.	UND	200	R\$ 63,17	R\$ 12.634,00
38.	Creme de assadura para bebê - com fórmula com vitaminas que proporcione hidratação, nutrição e proteção a pele. Embalagem com 80 gramas. Sugestão: hipoglos, bepantol, huggies supreme care.	UND	500	R\$ 16,67	R\$ 8.335,00
39.	Creme de cabelo para pentear - Com emolientes que facilita o desembaraço dos cabelos, sem enxágue, podendo ser utilizado em todos os tipos de cabelo. Embalagem de no mínimo 300 ml.	UND	300	R\$ 19,85	R\$ 5.955,00
40.	Creme de cabelo para pentear infantil – Desembaraçante, sem enxágue, testado dermatologicamente, com bico dosador acondicionado em frascos com no mínimo 300ml.	UND	500	R\$ 18,47	R\$ 9.235,00
41.	Creme dental com flúor uso adulto – com micropartículas de cálcio, previne a formação de cárie e limpa os dentes, sabor refrescante. Embalagem de 90 gramas.	UND	500	R\$ 3,80	R\$ 1.900,00
42.	Creme dental infantil com flúor ativo - sabor uva ou morango, bisnaga com 50 gramas.	UND	500	R\$ 9,39	R\$ 4.695,00
43.	Creme dental infantil sem flúor - sabor uva ou morango, bisnaga com 50 gramas.	UND	500	R\$ 8,49	R\$ 4.245,00
44.	Copo Descartável Para Água: Copo descartável para água de poliestireno, não tóxico, não reciclado, branco com capacidade para 180ml. Embalagem plástica com pacote de 100 unidades.	PCT	7.000	R\$ 7,25	R\$ 50.750,00
45.	Copo Descartável Para Café: Copo descartável para café de poliestireno, não tóxico, não reciclado, branco com capacidade para 80ml. Embalagem plástica com pacote de 100 unidades	PCT	3.000	R\$ 5,46	R\$ 16.380,00
46.	Corda para Varal: Corda para varal, material nylon resistente, número 5. Embalagem pacote de 10 metros.	UND	500	R\$ 5,65	R\$ 2.825,00
47.	Desengordurante multiuso - ácido linear alquibenzeno sulfônico, tensoativo aniônico, espessante, alcalinizantes, solvente, conservante, corante, fragrância e água. Acondicionado em embalagem adequada de 500 ml.	UND	1000	R\$ 7,24	R\$ 7.240,00
48.	Desinfetante de uso geral - Composição: ativo, tensoativo não iônico, sequestrante, corantes, fragrância conservante, acidificante e veículo. Componente ativo: cloreto de alquil dimetil benzil amonio 0,2% p/p. Acondicionado em embalagem apropriada de 5L.	UND	3000	R\$ 23,08	R\$ 69.240,00
49.	Desinfetante Lavanda – Ingrediente ativo (0,9% de o-benzil p-clorofenol), conservante, emulsificante, sequestrante, corretores de PH, solvente, perfume, corante e água. Acondicionado em embalagem adequada de 500 ml cada.	UND	5000	R\$ 4,94	R\$ 24.700,00
50.	Desodorante antitranspirante aerossol com frangância - Características: 48horas de proteção, anti-manchas, jato seco, hidratante. Frasco com 90 ml, spray.	UND	500	R\$ 9,55	R\$ 4.775,00
51.	Desodorante antitranspirante em creme - possui fórmula especialmente desenvolvida com glicerina vegetal e óleo de girassol, que promovem a hidratação das axilas por até 24 horas.	UND	300	R\$ 5,88	R\$ 1.764,00



	Evita o ressecamento da pele e ajuda a mantê-la macia e hidratada. Minimiza possíveis irritações na pele. 48 horas de proteção contra a transpiração e o odor. Dermatologicamente testado, não contém álcool etílico e nem corantes. Conteúdo: Embalagem com no mínimo 55g.				
52.	Detergente Lava-Louça – tensoativo aniônico, tensoativo anfótero, coadjuvante, conservante, sequestrante, corante e água. Fragrâncias: maçã, coco e neutro. Acondicionado em embalagem adequada de 500 ml.	UND	10.000	R\$ 4,01	R\$ 40.100,00
53.	Desodorizador de Ambiente: Desodorizador de ambientes, aerosol, fragrâncias diversas que elimine os odores desagradáveis e perfuma suavemente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, informações do fabricante, procedência, composição, nº do lote, validade e nº de Registro do Ministério da Saúde. Embalagem aerosol mínimo de 360ml.	UND	1.000	R\$ 11,67	R\$ 11.670,00
54.	Desodorizador para Vaso Sanitário Pastilha Adesiva: Desodorizador para vaso sanitário em pastilha adesiva capaz de perfumar o ambiente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, informações do fabricante, procedência, composição, nº do lote, validade e nº de Registro do Ministério da Saúde. Embalagem com 3 pastilhas adesiva com 9 gramas cada.	UND	3.000	R\$ 5,51	R\$ 16.530,00
55.	Desodorizador para Vaso Sanitário em Tablete: Desodorizador para vaso sanitário em tablete sólido capaz de perfumar o ambiente. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, informações do fabricante, procedência, composição, nº do lote, validade e nº de Registro do Ministério da Saúde. Embalagem com uma haste plástica + 1 pedra de 25 gramas.	UND	3.000	R\$ 4,22	R\$ 12.660,00
56.	Escova de dente adulto - Indicada para todos os tipos de pessoas, possui cerdas macias, que proporcionam um alcance maior para uma limpeza completa da boca sem agredir as gengivas e o esmalte dos dentes. Embalagem com 1 unidade.	UND	500	R\$ 4,52	R\$ 2.260,00
57.	Escova de plástico para cabelo - material: resina plástica; tamanho aproximado: 23,5x7,5 mm.	UND	400	R\$ 9,81	R\$ 3.924,00
58.	Escova para lavar roupas - base em madeira; cerdas plásticas de alta resistência.	UND	300	R\$ 3,68	R\$ 1.104,00
59.	Espunja de Aço – Aço carbono. Acondicionado em embalagem adequada contendo no mínimo 08 unidades cada.	UND	2500	R\$ 4,45	R\$ 11.125,00
60.	Espunja Multiuso – Espuma de poliuretano e fibra sintética com material abrasivo. Dupla face. Medidas mínimas de (109mm x 72mm x 20mm). Acondicionado em embalagem adequada.	UND	8.000	R\$ 1,40	R\$ 11.200,00
61.	Espunja para banho - esponja de poliuretano em cores sortidas, atóxica, antialérgica, textura desenvolvida para absorver grande quantidade de espuma.	UND	200	R\$ 6,11	R\$ 1.222,00
62.	Estopa de polimento e Limpeza – Confeccionada em algodão, utilizada para polimento e limpeza em geral. Acondicionada em embalagem de 400 gramas.	UND	200	R\$ 8,35	R\$ 1.670,00
63. Ampla	Filme de PVC esticável - 500mm de largura X 500 metros de comprimento, 11 micras de espessura (resistente), resinite transparente, ante embaçantes e inodoros, também atendem as	RL	1.875	R\$ 79,08	R\$ 148.275,00



	resoluções da ANVISA.				
64. 25% cota ME e EPP	Filme de PVC esticável - 500mm de largura X 500 metros de comprimento, 11 micras de espessura (resistente), resinite transparente, ante embaçantes e inodoros, também atendem as resoluções da ANVISA.	RL	625	R\$ 79,08	R\$49.425,00
65.	Flanela – Com ótima absorção, 100% algodão, dimensões mínimas: 39 cm x 59 cm. Acondicionado em embalagem adequada. Kit com 12 unidades. Cor a escolha da administração.	KIT	500	R\$ 38,72	R\$ 19.360,00
66.	Fósforo: Fósforo, confeccionado em madeira de 1ª qualidade, acabamento perfeito, com ponta abrasiva, medindo aproximadamente 6cm de comprimento total. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Acondicionados em caixas resistentes contendo aproximadamente 40 palitos, reembolsados em pacotes de 10 caixas. Pacote c/10 cx de 40 palitos.	PCT	900	R\$ 5,96	R\$ 5.364,00
67.	Garrafa plástica - material plástico, capacidade de 1000ml, aplicação de água, com tampa roscável, transparente, tipo uso descartável.	UND	1.000	R\$ 10,68	R\$ 10.680,00
68.	Guardanapo de Papel: Guardanapo de papel branco, medindo aproximadamente 23cm x 23cm, com boa capacidade de absorção, sem furos, materiais estranhos ou sujidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Embalagem em plástico com 50 unidades.	UND	4.000	R\$ 4,12	R\$ 16.480,00
69.	Guardanapo de Papel: Guardanapo de papel branco, medindo aproximadamente 33cm x 33cm, com boa capacidade de absorção, sem furos, materiais estranhos ou sujidades. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Embalagem em plástico com 50 unidades.	UND	4.000	R\$ 8,77	R\$ 35.080,00
70.	Hastes Flexíveis com Pontas de Algodão – Em polipropileno, algodão e solução antigerme. Acondicionado em embalagem adequada (embalagem com 75 unidades cada).	UND	700	R\$ 4,27	R\$ 2.989,00
71.	Lenços umedecidos - testados dermatologicamente, pacote com no mínimo 75 lenços. Com Extrato de Aloe Vera e agentes de limpeza.	UND	700	R\$ 10,75	R\$ 7.525,00
72.	Limpa Piso – alquil benzeno, sulfonato de sódio, cera, álcool etoxilado, derivados de isotiazolinonas, coadjuvantes, fragrância, corantes e veículos. Acondicionado em embalagem adequada de 500 ml.	UND	2000	R\$ 12,54	R\$ 25.080,00
73.	Limpa Pneus – Limpeza de pneus, protege e dá aparência de novo. Acondicionado em embalagem de 500 gramas.	UND	100	R\$ 14,95	R\$ 1.495,00
74.	Limpa Vidros – Tensoativo não iônico biodegradável, solubilizante, perfume, corante, álcool e água, 500 ml. Acondicionado em embalagem adequada de 500 ml.	UND	500	R\$ 5,04	R\$ 2.520,00
75.	Lixeira quadrada - Cesto plástico quadrado com tampa vai-vem. Material polipropileno. Capacidade 100 litros. Medidas aproximadas: 83,5 cm x 45 cm x 45 cm.	UND	300	R\$ 154,13	R\$ 46.239,00



76.	Lustra moveis – agente formador de filme, cera, silicone, emulsificante, solvente, alcalinizante, espessante, fragrância e veículo. Acondicionado em embalagem adequada de 200 ml.	UND	500	R\$ 5,91	R\$ 2.955,00
77.	Luvras de borracha - nitrílica tamanho G, com forro.	PAR	500	R\$ 6,91	R\$ 3.455,00
78.	Luvras de borracha - nitrílica tamanho M, com forro.	PAR	500	R\$ 8,29	R\$ 4.145,00
79.	Luvras de Látex Cano Curto – Tamanho G. Forradas com flocos de algodão. Antiderrapante. Acondicionado em embalagem adequada.	PAR	500	R\$ 5,13	R\$ 2.565,00
80.	Luvras de Látex Cano Curto – Tamanho M. Forradas com flocos de algodão. Antiderrapante. Acondicionado em embalagem adequada.	PAR	500	R\$ 4,48	R\$ 2.240,00
81.	Luvras de Látex Cano Longo – Tamanho G. Forradas com flocos de algodão. Antiderrapante. Acondicionado em embalagem adequada.	PAR	500	R\$ 6,26	R\$ 3.130,00
82.	Luvras de Látex Cano Longo – Tamanho M. Forradas com flocos de algodão. Antiderrapante. Acondicionado em embalagem adequada.	PAR	500	R\$ 4,95	R\$ 2.475,00
83.	Multi Inseticida Aerossol, mata mosquitos (inclusive o mosquito da Dengue), pernilongos, muriçocas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas. Não contendo CFC. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 300 ml cada.	UND	1.500	R\$ 13,58	R\$ 20.370,00
84.	Mangueira para Jardim: Mangueira para jardim, diâmetro 3/4, com adaptador para 1/2", produzida com material resistente de alta flexibilidade possibilitando atingir os pontos mais difíceis no jardim, contendo engate rápido rosqueado e bico tipo esguicho regulável e com comprimento de 30 metros.	UND	100	R\$ 82,51	R\$ 8.251,00
85.	Máscara de Proteção: Máscara de proteção, descartável, tipo concha, para proteção das vias respiratória na cor branca. Embalagem em caixa com 50 unidades.	CX	200	R\$ 12,79	R\$ 2.558,00
86.	Naftalina – Naftaleno, pouco tóxico, hidrocarboneto aromático, acondicionado em embalagem adequada. Embalagem de no mínimo 50g.	UND	100	R\$ 4,46	R\$ 446,00
87.	Pá para Lixo – pá de lixo com cabo longo em pp super-resistente. Borracha flexível e aderente. Dimensões aproximadas sem cabo: 26 x 25 x 8,5cm; Dimensões do cabo: 90 x 2,1 x 2,1cm.	UND	300	R\$ 9,07	R\$ 2.721,00
88.	Pá Quadrada: Pá quadrada fabricada em aço carbono especial de alta qualidade, temperada em todo corpo da peça, proteção de oxidação e cabo de madeira medindo 71cm.	UND	300	R\$ 50,67	R\$ 15.201,00
89.	Pano de Chão Alvejado Branco – tamanho a partir de 45cm x 75cm. Material: 100% algodão. Cor: Branca. Acondicionado em embalagem adequada.	UND	4.000	R\$ 6,10	R\$ 24.400,00
90.	Pano de Prato – Tamanho a partir de 40 cm x 66 cm. Material: 90% Algodão; Gramatura: 160 g/m². Cor: branca com estampas sortidas. Acondicionado em embalagem adequada. Embalagem com 10 unidades.	PCT	4.000	R\$ 3,69	R\$ 14.760,00
91.	Pano Multiuso Tipo Perfex 28cm X 300 metros - Picotado a cada 50 cm - 600 unidades de panos. Composição: 45% de Poliéster,	RL	300	R\$ 189,15	R\$ 56.745,00



	55% de celulose.				
92.	Papel Alumínio: Papel alumínio em rolo medindo 30cm de largura x 7,5m de comprimento, sem furos, sem oxidação, acondicionado de forma a garantir a higiene e integridade do produto até ser usado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Embalagem com 1 rolo de 30cm x 7,5m.	UND	1.500	R\$ 5,88	R\$ 8.820,00
93.	Papel Higiênico - 100% fibras de celulose, picotado e gofrado, com alta qualidade. Folha simples - 60m x 10m, macio perfumado, na cor branca. Matéria Prima: papel (celulose virgem). Acondicionado em embalagem adequada com 64 unidades.	FARDO	500	R\$72,00	R\$36.000,00
94.	Papel Higiênico – tipo especial, papel super branco de alta qualidade, picotado, gofrado, neutro, folha dupla, medindo aprox. 30 m x 10 cm – fardo 64 unidades.	FARDO	500	R\$66,60	R\$33.300,00
95.	Pente 24 cm - em plástico CP em nylon anti-estático com cabo. Medida: 24 cm de comprimento.	UND	300	R\$ 9,80	R\$ 2.940,00
96.	Polidor De Alumínio – tensoativo aniônico, biodegradável, tensoativo de anfótero, corante, preservante, espessante e água. Componente ativo: ácido dodecil benzeno sulfônico. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 500 ml cada.	UND	500	R\$ 4,07	R\$ 2.035,00
97.	Prendedor de Roupa – material: madeira; Altura: 0,90 Centímetro; Largura: 1,50 Centímetros; Comprimento: 7,50 Centímetros. Embalagem com 12 unidades.	PCT	800	R\$ 2,51	R\$ 2.008,00
98.	Papel Toalha Folha Simples: Papel toalha bobina folha simples, papel neutro 100% celulose virgem, suave macio, sem causar irritação dérmicas, medindo aproximadamente 20cm x 20cm, com informações do fabricante e composição estampados no corpo da embalagem. Embalagem pacote com duas unidades de 20cm x 100m cada.	PCT	3.500	R\$ 6,52	R\$ 22.820,00
99.	Papel Toalha Interfolhado: Papel toalha interfolhado, duas dobras folham simples, papel neutro 100% celulose virgem, suave macio, sem causar irritação dérmicas, medindo aproximadamente 20cm x 20cm, com informações do fabricante e composição estampados no corpo da embalagem. Embalagem pacote com 1000 folhas.	PCT	300	R\$ 14,51	R\$ 4.353,00
100.	Prato Descartável- Fabricado em plástico poliestireno e pigmento atóxicos. Produto descartável Não reutilizável após o uso. Venda com 10 unidades. Dimensões: 18 x 18 cm	PCT	1.200	R\$ 3,20	R\$ 3.840,00
101.	Rodo de Alumínio Grande 60cm – Base em alumínio polido de alta resistência; com cabo de alumínio; que permita substituição da borracha; tamanho do Rodo: 60cm; Tamanho do Cabo: 1,4m.	UND	300	R\$ 44,40	R\$ 13.320,00
102.	Rodo de Madeira 40 cm - material suporte aço galvanizado, material cabo madeira roscável plastificada, comprimento do suporte 40cm, comprimento do cabo 150cm, cor do suporte e cabo natural, quantidade de duas borrachas.	UND	400	R\$ 14,40	R\$ 5.760,00



103.	Sabão de Coco em barra – Carbonato de sódio, óleo de coco, coadjuvantes, branqueador óptico, água, sal inorgânico e hidróxido de sódio. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 100g.	PCT	800	R\$ 4,15	R\$ 3.320,00
104.	Sabão em Barra – Sebo bovino, óleo de babaçu, hidróxido de sódio, glicerina, branqueador óptico, água, cargas sequestrantes, corantes e essência. Acondicionado em embalagem adequada contendo 05 unidades de 200g cada. Pacote de 1kg.	PCT	800	R\$ 12,63	R\$ 10.104,00
105. Ampla	Sabão em Pó 500g – tensoativo aniônico, coadjuvante, pamponantes, sinergista, corantes, fragrância, branqueador óptico, carga e água. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 500g cada.	UND	11.250	R\$ 5,76	R\$ 64.800,00
106. 25% cota ME e EPP	Sabão em Pó 500g – tensoativo aniônico, coadjuvante, pamponantes, sinergista, corantes, fragrância, branqueador óptico, carga e água. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 500g cada.	UND	3.750	R\$ 5,76	R\$21.600,00
107.	Sabão em Pó 1kg – tensoativo aniônico, coadjuvante, pamponantes, sinergista, corantes, fragrância, branqueador óptico, carga e água. Acondicionado em embalagem adequada de no mínimo 1kg cada.	UND	5.000	R\$ 9,48	R\$ 47.400,00
108.	Sabonete – palmitato de sódio, oleato de sódio, laurato de sódio (jabon de sódio), água, perfume, ácido cítrico, cenoura sativa (cenoura), extrato de raiz, o dióxido de titânio (c177891). Acondicionado em embalagem adequada de 90g cada.	UND	500	R\$ 2,36	R\$ 1.180,00
109.	Sabonete Infantil em Barra – Neutro, glicerinado, indicado para bebês e crianças, dermatologicamente testado, embalagem com 01 unidade de no mínimo 80g.	UND	500	R\$ 9,30	R\$ 4.650,00
110.	Sabonete líquido - sabonete líquido, concentrado perolizado, fragrância floral, com dados de identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade de no mínimo 12 meses. Antibacteriano 250 ml.	UND	500	R\$ 8,83	R\$ 4.415,00
111.	Sabonete líquido corporal – Neutro, PH entre 5,5 e 8,5, indicado para higiene corporal. Embalagem de 1L.	UND	300	R\$ 16,66	R\$ 4.998,00
112.	Sabonete líquido infantil 1L – Formulação suave, testado oftalmologicamente e dermatologicamente, PH igual ou menor que 7. Embalagem de 1 litros.	UND	300	R\$ 21,61	R\$ 6.483,00
113.	Saboneteira - para sabonete em barra, com material plástico.	UND	300	R\$ 3,63	R\$ 1.089,00
114.	Saco para Limpeza de Chão: Saco de algodão para limpeza de chão, alvejado medindo no mínimo 70cm x 45cm.	UND	1.000	R\$ 4,10	R\$ 4.100,00
115. Ampla	Saco para lixo: Características: Material plástico; 75cm x 85cm x 05 micra . Cor preto. Pacote com 100 unidades.	UND	10.500	R\$ 43,29	R\$ 454.545,00
116. 25% cota ME e EPP	Saco para lixo: Características: Material plástico; 75cm x 85cm x 05 micra . Cor preto. Pacote com 100 unidades.	UND	3.500	R\$ 43,29	R\$151.515,00
117.	Saco para lixo de 10 litros - Características: dimensões aproximadas: 40x34cm; capacidade de 10 litros; material polietileno. Pacote com 10 unidades.	PCT	100	R\$ 24,11	R\$ 2.411,00



118.	Saco para Lixo de 100 litros – Características: Material plástico; dimensões aproximadas: 75 cm x 105 cm. Capacidade nominal a partir 20 kg. Pacote com 10 unidades.	PCT	1.500	R\$ 13,39	R\$ 20.085,00
119.	Saco para Lixo de 15 litros – Características: Material plástico; dimensões aproximadas: 40cm x 49 cm. Capacidade nominal a partir 4,0 kg. Pacote com 20 unidades.	PCT	1.500	R\$ 10,83	R\$ 16.245,00
120.	Saco para Lixo de 30 litros – Características: Material plástico; dimensões aproximadas: 45cm x 57 cm. Capacidade nominal a partir de 8,0 kg. Pacote 10 unidades.	PCT	1.500	R\$ 6,73	R\$ 10.095,00
121.	Saco para Lixo de 50 litros – Características: Material plástico; dimensões aproximadas: 55 cm x 74 cm. Capacidade nominal a partir de 14,0 kg. Pacote com 10 unidades.	PCT	1.500	R\$ 7,12	R\$ 10.680,00
122.	Saco Plástico para Lixo: Saco plástico para lixo, reforçado, com capacidade para 100 litros. Embalagem rolo com 100 unidades.	ROLO	1.500	R\$ 37,34	R\$ 56.010,00
123.	Saco Plástico para Lixo: Saco plástico para lixo, reforçado, com capacidade para 15 litros. Embalagem rolo com 100 unidades.	ROLO	1.500	R\$ 17,79	R\$ 26.685,00
124.	Saco Plástico para Lixo: Saco plástico para lixo, reforçado, com capacidade para 30 litros. Embalagem rolo com 100 unidades.	ROLO	1.500	R\$ 29,50	R\$ 44.250,00
125.	Saco Plástico para Lixo: Saco plástico para lixo, reforçado, com capacidade para 50 litros. Embalagem rolo com 100 unidades.	ROLO	1.500	R\$ 38,26	R\$ 57.390,00
126.	Saco Plástico Transparente: Saco plástico transparente, atóxico, resistente, com capacidade para 0,5 quilo. Embalagem pacote com 100 unidades	PCT	100	R\$ 74,14	R\$ 7.414,00
127.	Saco plástico Transparente 3kg - capacidade de aproximadamente 3kg, medidas aproximadas: 30cmx40cm, bobina picotada com 500 sacos.	BOBINA	100	R\$ 35,00	R\$ 3.500,00
128.	Saco plástico transparente 5kg - capacidade, de aproximadamente 2,5 kg, medidas aproximadas: 35 cm x 45 cm, bobina picotada com 500 sacos.	BOBINA	100	R\$ 41,68	R\$ 4.168,00
129.	Saco Plástico Transparente 10kg - capacidade de aproximadamente 10kg, medidas aproximadas: 40cm x 60cm, bobina picotada com 350 sacos.	BOBINA	100	R\$ 46,28	R\$ 4.628,00
130.	Saco plástico Transparente 1kg - capacidade de aproximadamente 1kg, medias aproximadas: 19cm x 29 cm, bobina picotada com 500 sacos.	BOBINA	100	R\$ 40,32	R\$ 4.032,00
131.	Saco Plástico Transparente: Saco plástico transparente, atóxico, resistente, para cachorro quente, medindo 22cm. Embalagem pacote com 100 unidades.	PCT	1.500	R\$ 19,02	R\$ 28.530,00
132.	Sacola Plástica para Lixo Reforçada: Sacola plástica com alça reforçada em polietileno na cor preta, capacidade para 10 litros, com estanqueidade suficiente para que não haja vazamento de lixo líquido, suportando suspender 10 quilos sem rasgar, em conformidade com as NB vigentes.	PCT	50	R\$ 19,93	R\$ 996,50
133.	Sacola Plástica para Lixo Reforçada: Sacola plástica com alça reforçada em polietileno na cor preta, capacidade para 20 litros, com estanqueidade suficiente para que não haja vazamento de lixo líquido, suportando suspender 20 quilos sem rasgar, em conformidade com as NB vigentes.	PCT	50	R\$ 20,43	R\$ 1.021,50
134.	Sacola Plástica para Lixo Reforçada: Sacola plástica com alça	PCT	50	R\$ 30,37	R\$ 1.518,50



	reforçada em polietileno na cor preta, capacidade para 30 litros, com estanqueidade suficiente para que não haja vazamento de lixo líquido, suportando suspender 30 quilos sem rasgar, em conformidade com as NB vigentes.				
135.	Shampoo contra piolho - Coadjuvante para prevenir e evitar a presença de parasitas no cabelo, tais como piolhos. Embalagem com 100ML. Deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem os dados do fabricante, data da fabricação e prazo de validade.	UND	50	R\$ 20,19	R\$ 1.009,50
136.	Shampoo Normal – Extrato de avena sativa, sulfato de sódio mauruete, cloridrato de sódio, fragrância, ácido cítrico, água purificada. Acondicionado em embalagem adequada. Embalagem a partir de 325 ml cada.	UND	500	R\$ 10,87	R\$ 5.435,00
137.	Shampoo-infantil - shampoo e condicionador 2 em 1, infantil, sem álcool, para todos ostipos de cabelos, fragrâncias diversas, com dados de identificação do produto, data de fabricação. Embalagem a partir de 200 ml cada.	UND	500	R\$ 22,35	R\$ 11.175,00
138.	Soda Cáustica - Hidróxido de sódio e coadjuvantes, aspecto físico sob a forma de escamas brancas; pureza mínima 98 PER; teor máximo cloretos 1,20 PER; teor máximo de carbonatos 1PER; aplicação: para desentupimentos de tubulações, pias, tanques e ralos. Embalagem de 300g.	UND	200	R\$ 13,75	R\$ 2.750,00
139.	Solução para limpar Forno: Solução para limpar forno, produto à base de soda cáustica, espessante e água, utilizado para remover as gorduras incrustadas deixando o forno brilhando sem precisar esfregar e raspar. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação do produto, informações do fabricante, procedência, composição, nº do lote, validade e nº de Registro do Ministério da Saúde. Embalagem plástica com 230gramas.	UND	200	R\$ 12,82	R\$ 2.564,00
140.	Tapete/Capacho: Tapete capacho emborrachado antiderrapante de alta resistência, medindo aproximadamente 1,0m x 0,60 m.	UND	200	R\$ 71,37	R\$ 14.274,00
141.	Touca Descartável: Touca descartável, cor branca, tamanho único, unissex, confeccionada em TNT. Na embalagem deverá constar a data da fabricação, da validade do produto e do nº do lote. Embalagem em caixa com 100 unidades.	CX	1.000	R\$ 19,47	R\$ 19.470,00
142.	Talco Infantil - Talco em pó infantil 200g.	UND	300	R\$ 13,69	R\$ 4.107,00
143.	Troninho (Penico) – Material plástico, com tampa, uso infantil. Medidas aproximadas 22cm x 19cm x 12cm. Diversas cores.	UND	100	R\$ 71,62	R\$ 7.162,00
144.	Vassoura de Nylon Cerdas Longas – Cabo de madeira de 1,20 metros plastificado. Material da cabeça: Plástico. Material das cerdas: Nylon. Cerdas longas com pontas plumadas.	UND	800	R\$ 19,36	R\$ 15.488,00
145.	Vassoura de Piaçava – Cabo de Madeiro de no mínimo 1,20 Metros. Cerdas de Piaçava natural reforçada. Indicada para superfícies rústicas, limpeza pesada.	UND	1.000	R\$ 14,05	R\$ 14.050,00
146.	Vassoura tipo Palha – palha de coqueiro natural, simples, sem cabo. Altura: 29 cm.	UND	500	R\$ 9,72	R\$ 4.860,00
147.	Vassoura sanitária com pote - para limpeza de vaso	UND	600	R\$ 7,95	R\$ 4.770,00



	sanitário, cerdas de material reciclado em nylon.				
148.	Vassoura Uso interno Cerdas Curtas – Cabo de madeira de 1,20 metros plastificado. Material da cabeça: Plástico. Cerdas naturais e sintéticas macias e resistentes. Indicada para pisos secos, lisos e delicados.	UND	800	R\$ 16,41	R\$ 13.128,00
149.	Vassourão Tipo Gari 60 cm – Características: Material da cepa: Plástico; Material das cerdas da vassoura: Piaçava sintética; Largura da cepa: 50,0 mm; Comprimento da cepa: 60,0 cm; Altura das cerdas da vassoura: 80,0 mm; Número de fileiras de cerdas da cepa: 5 fileiras; Comprimento do cabo para vassoura: 1,40 m; Material do cabo da vassoura: Madeira; Peso (kg) aproximado: 1kg.	UND	800	R\$ 30,56	R\$ 24.448,00
150.	Mop Pó 60cm	UND	200	R\$ 29,13	R\$ 5.826,00
151.	Rodo – Hospitalar 45cm completo de alumínio.	UND	100	R\$ 81,65	R\$ 8.165,00
152.	Placa sinalizadora – piso molhado	UND	100	R\$ 35,85	R\$ 3.585,00
153.	Espanador – Com luva flexível completo hospitalar.	UND	100	R\$ 23,17	R\$ 2.317,00
154.	Esfregão – Auto torção profissional completo	UND	100	R\$ 33,27	R\$ 3.327,00
155.	Refil esfregão – Auto torção profissional completo.	UND	100	R\$ 20,37	R\$ 2.037,00
156.	Balde – Duplo para esfregão.	UND	100	R\$ 170,45	R\$ 17.045,00
157.	Carro Funcional – Com bolsa de vinil 3 bandejas hospitalar.	UND	30	R\$ 1.490,37	R\$ 44.711,10
158.	Pá Coletora – De lixo sem tampa cabo de alumínio.	UND	100	R\$ 27,44	R\$ 2.744,00
159.	Pá Coletora – De lixo com tampa cabo de alumínio.	UND	100	R\$ 35,79	R\$ 3.579,00
160.	Dispenser de Parede – Para copos de café botão um copo por vez.	UND	100	R\$ 32,99	R\$ 3.299,00
161.	Dispenser de Parede – Para copos de água botão um copo por vez.	UND	100	R\$ 35,25	R\$ 3.525,00
162.	Balde – Com espremedor 32 litros.	UND	80	R\$ 325,19	R\$ 26.015,20
163.	Escada de Alumínio – Com 5 degraus dobrável.	UND	50	R\$ 142,50	R\$ 7.125,00
164.	Carrinho – Para condomínio 200 litros.	UND	10	R\$ 653,50	R\$ 6.535,00
165.	Rodo – Limpa vidro combinado 25 cm com rosca sem cabo.	UND	50	R\$ 33,64	R\$ 1.682,00
166.	Coletor – 120 litros branco com rodas.	UND	100	R\$ 382,09	R\$ 38.209,00
167.	Cesto Plástico – 100l branco, redondo com rodas e tampa.	UND	80	R\$ 76,52	R\$ 6.121,60
168.	Cesto Plástico – 100l branco, retangular com pedal.	UND	150	R\$ 96,11	R\$ 14.416,50
169.	Cesto Plástico – 50l branco, retangular com pedal.	UND	150	R\$ 96,06	R\$ 14.409,00
170.	Cesto Plástico – 25l branco, retangular com pedal.	UND	150	R\$ 77,26	R\$ 11.589,00
171.	Cesto Plástico – 15l branco, retangular com pedal.	UND	150	R\$ 56,31	R\$ 8.446,50
172.	Cesto Plástico – 70l branco, redondo com tampa.	UND	100	R\$ 145,28	R\$ 14.528,00
173.	Cesto de Coleta – Seletiva 20L tampa com pedal para pilhas e baterias.	UND	100	R\$ 236,67	R\$ 23.667,00



174.	Cesto de Coleta – Seletiva 20L tampa com pedal para vidros.	UND	100	R\$ 83,92	R\$ 8.392,00
175. Ampla	Coletor – Conjugado 50L 5 peças.	UND	75	R\$ 1.198,80	R\$ 89.910,00
176. 25% cota ME e EPP	Coletor – Conjugado 50L 5 peças.	UND	25	R\$ 1.198,80	R\$29.970,00
177.	Dispensador – De papal toalha folheados.	UND	300	R\$ 37,00	R\$ 11.100,00
178.	Dispensador – Sabonete Líquido 800ml	UND	300	R\$ 38,22	R\$ 11.466,00
179.	Dispensador – De papel higiênico grande.	UND	300	R\$ 35,51	R\$ 10.653,00
180.	Sacola M branca, material virgem com alça	KG	700	R\$32,62	R\$22.834,00
181.	Sacola G branca, material virgem com alça	KG	700	R\$40,06	R\$28.042,00
182.	Fralda infantil tamanho m (ou equivalente): fraldas descartáveis infantil, tamanho médio. Formato anatômico, tipo calça, com fechamento na cintura por meio de fitas adesivas reposicionáveis, barreiras protetoras antivazamento, para criança com peso acima de 04 kg, atóxica, hipoalergênica, quantidade mínima do pacote 24 unidades. obs: solicita-se apresentação de amostra que será testada e avaliada pela comissão de avaliação da secretaria municipal de educação do município.	PCT	102	R\$ 37,33	R\$ 3.807,66
183.	Fralda infantil tamanho g (ou equivalente): fraldas descartáveis infantil, tamanho grande. Formato anatômico, tipo calça, com fechamento na cintura por meio de fitas adesivas reposicionáveis, barreiras protetoras antivazamento, para criança com peso acima de 07 kg, atóxica, hipoalergênica, quantidade mínima do pacote 22 fraldas. obs: solicita-se apresentação de amostra que será testada e avaliada pela comissão de avaliação da secretaria municipal de educação Do município.	PCT	382	R\$ 37,33	R\$ 14.260,06
184.	Fralda infantil tamanho xg (ou equivalente): fraldas descartáveis infantil, tamanho extra grande. Formato anatômico ,tipo calça, com fechamento na cintura por meio de fitas adesivas reposicionáveis, barreiras protetoras antivazamento, para criança com peso acima de 09 kg, atóxica, hipoalergênica, quantidade mínima do pacote 20 unidades. obs: solicita-se apresentação de amostra que será testada e avaliada pela comissão de avaliação da secretaria municipal de educação do município.	PCT	720	R\$ 40,42	R\$ 29.102,40
185.	Fralda infantil tamanho xxg (ou equivalente): fraldas descartáveis infantil, tamanho extra grande. Formato anatômico, tipo calça, com fechamento na cintura por meio de fitas adesivas reposicionáveis, barreiras protetoras antivazamento, para criança com peso acima de 13 kg, atóxica, hipoalergênica, quantidade mínima do pacote 16 unidades. obs: solicita-se apresentação de amostra que será testada e avaliada pela comissão de	PCT	640	R\$ 52,15	R\$ 33.376,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$3.192.137,02	



3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justificamos a aquisição destes produtos para suprir as necessidades constantes de higiene e limpeza das dependências deste Município proporcionando condições adequadas para o desenvolvimento das atividades fins da instituição, os produtos serão utilizados na sede da administração.

3.2. Assim sendo, a motivação para licitar material de limpeza, a finalidade de atender às necessidades das diversas secretarias e demais órgãos que compõem a esfera municipal de CRAÍBAS. Pois, os materiais são necessários/básicos dentro dos vetores, para manutenção das atividades cotidiana das secretarias, sem o qual poderá prejudicar as atividades que são desenvolvidas, pois em sua maioria são utilizadas para dar agilidade aos processos administrativos dentro das unidades, a aquisição dos referidos materiais é fundamental para o bom funcionamento das unidades.

3.3. Pontua-se aqui, a necessidade da referida aquisição para atender justamente os setores das secretarias e propiciar uma assistência adequada e atendimento aos usuários, visando controle de qualidade, pela necessidade de garantir a continuidade e a finalidade dos serviços oferecidos aos nossos usuários.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do Inciso II, do Art.3º, do Decreto Federal nº.10.024/2019.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Dentre outros, são documentos de habilitação compatíveis com as peculiaridades do objeto da licitação:

5.1.1. Atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que, comprovando aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da licitação, digam respeito a contratos executados.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (dias) corridos dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa única, na Prefeitura Municipal de Craíbas/AL. Horário e dia para entrega: dias úteis, das 08 às 13 horas.

6.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos no prazo de 15(quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



6.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

7.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



- 8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. A Prefeitura Municipal de Craíbas desempenhará as funções do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, cabendo-lhe a prática de todos os atos de controle e administração, inclusive:
 - 11.1.1. Providenciar a assinatura da Ata de Registro de Preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes;
 - 11.1.2. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados e, em sendo o caso, revogar a Ata de Registro de Preços;
 - 11.1.3. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;
 - 11.1.4. Anuir à utilização da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por Órgão Não Participante;
 - 11.1.5. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para o Órgão Não Participante efetivar a aquisição ou contratação solicitada, respeitado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
 - 11.1.6. Formalizar o cancelamento do registro do fornecedor.



12. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

DO PAGAMENTO

12.4. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

12.4.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.5. Considera-se ocorrido o recebimento da Nota Fiscal ou Fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.8. Antes da emissão de Nota de Empenho e a cada pagamento à Contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital por ele abrangidas ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, consulta aos sítios eletrônicos



oficiais ou à documentação mencionada nos arts. 28, 29 e 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.8.1. Na mesma oportunidade, a Administração realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União e ao Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Alagoas – CEIS para identificar eventual proibição de contratar com o Poder Público.

12.9. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

12.9.1. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos

12.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

12.10.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação.

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, a Contratada que:

15.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da



contratação;

15.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3. Fraudar na execução do contrato;

15.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5. Cometer fraude fiscal;

15.1.6. Não manter a proposta;

15.1.7. Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

15.1.8. Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

15.1.9. Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções previstas Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei 12.846, de 2013, observado o Decreto nº 4.054, de 19 de setembro de 2008.

15.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 6.161, de 2000.

15.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Atesto, sob a minha responsabilidade, que o conteúdo do Termo de Referência se limita ao mínimo imprescindível à satisfação do interesse público, presente na generalidade dos produtos e modelos existentes no mercado, não consignando marca ou característica, especificação ou exigência exclusiva, excessiva, impertinente, irrelevante ou desnecessária que possa direcionar o certame ou limitar ou frustrar a competição ou a realização do objeto contratual



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS
CNPJ: 08.439.549/0001-99

Craíbas/AL, 26 de setembro 2023.

VITOR SIMPLICIO BARBOSA
Secretário Municipal de Administração

FÁBIO HENRIQUE DA ROCHA SANTOS
Secretário Municipal de Finanças

ANDREA MADEIRO
Secretária Municipal de Educação

DIORGENES COSTA DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

NIVALDO BATISTA PINHEIRO
Secretário Municipal do Meio Ambiente

IVAN JOSÉ DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura

VANESSA LIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Assistência Social

ANTONIO CARLOS BARBOSA GAMA
Secretário Municipal de Obras e Viação



ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/20XX PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS/AL Nº (...)/20XX

Processo Administrativo nº xx/2023

Pelo presente instrumento, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS/AL**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.439.549/0001-99, sediada na Rua Pedro Gama, nº 122, Centro – Craíbas/AL, CEP: 57.320-000, neste ato representado pelo representado por seu Prefeito, Sr. **TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA**, brasileiro, casado, portador do RG de nº XXXX SSP AL e do CPF/MF de nº XXXXXXXX, nos termos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002, e considerando o resultado do Pregão Eletrônico nº xx/20xx, homologado em xx/xx/20xx, integrante do Processo Administrativo nº XXXXX/20XX, por deliberação do Pregoeiro designado por esta Municipalidade, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa XXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX, com endereço XXXXXXXXXXXXXXXX, representada por XXXXXXXXX Carteira de identidade nº XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, observadas as condições do Edital que regem o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente **ATA** tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene destinados a atender as necessidades do Município de Craíbas/AL, contratante por 12 meses.
- 1.2. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS/AL** descritos no “**DEMONSTRATIVO DE ITENS REGISTRADOS**”, anexo a esta **ATA**;
- 1.3. As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Edital Licitatório e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

2. DA VIGÊNCIA

- 2.1. A presente **ATA** terá vigência pelo prazo de 12 meses a partir da data da sua assinatura;
- 2.2. Durante o prazo de vigência desta **ATA**, o órgão contratante não ficará obrigado a efetivar as



contratações que dela poderiam advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações.

3. DA VINCULAÇÃO

3.1. O disposto na presente **ATA** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas no Edital Licitatório, sendo observado o disposto na Lei nº 10.520/2002, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº 8.666/1993 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

4. DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1. As condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital Licitatório deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência da presente **ATA**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

5. DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

- 5.1. Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária da presente **ATA**, constam do “**DEMONSTRATIVO DOS ITENS REGISTRADOS**”, anexo;
- 5.2. O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 6.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado desta **ATA**;
- 6.2. Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;
- 6.3. Ocorrendo a rejeição em algum material, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis;
- 6.4. A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas na presente **ATA**;
- 6.5. A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) materiais(s) entregue(s);



6.6. A contratada deverá observar, na execução da presente **ATA** o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;

6.7. Dentro do prazo de vigência desta **ATA**, a Contratada será obrigada ao fornecimento dos materiais desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contratada, num prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 desta **ATA**;

7.2. Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido;

7.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;

7.4. Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);

7.5. Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é defeso à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável a emissão de “duplicatas simuladas”, demandará o sancionamento da contratada com uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso III, do art. 88, do mesmo diploma legal;

7.6. O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais;

7.7. Caso a **ATA** seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;



7.8. Conforme disposto no artigo 38 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, alínea “d” do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93, o pagamento pelos produtos poderá ser, conforme a necessidade no órgão contratante, antecipado, mediante a apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária, no valor total da parcela adiantada.

8. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos na presente **ATA**, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa; e,

8.1.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de Craíbas por prazo não superior a dois (2) anos.

8.2. Das Multas:

8.2.1. As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

8.3. Da aplicação das penalidades:

8.3.1. As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial.

8.4. Da cumulatividade:

8.4.1. A aplicação da penalidade “multa” não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.

8.5. Da aplicação das multas:

8.5.1. Multa por atraso da entrega:

8.5.1.1. As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atraso devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia.

8.5.2. Multa compensatória;

8.5.2.1. Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência do fornecedor.

8.6. Caso a Contratada descumpra o que prevê o item 6.3 desta **ATA**, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do término do prazo estabelecido naquele item para retirada da mesma.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



- 9.1. O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:
- 9.1.1. O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta **ATA**;
- 9.1.2. O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;
- 9.1.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, se assim for decidido pelo órgão contratante;
- 9.1.4. Não aceitar reduzir o(s) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornar(em) superior(es) ao(s) praticados(s) no mercado;
- 9.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante;
- 9.1.6. Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumprir as exigências desta **ATA**, ou, a juízo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei nº 8.666/93.
- 9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente **ATA**, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.
- 9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

10. DA FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A Registrada deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;
- 10.2. A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente desta **ATA** será exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:
- 10.2.1. Recusar o material em desacordo com o objeto;
- 10.2.2. Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;
- 10.2.3. Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;
- 10.2.4. Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.
- 10.3. A cada entrega de material, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;
- 10.4. A rejeição dos itens não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.



11. DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORMA MAIOR

11.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da **ATA** ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos produtos no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:

11.1.1. Greve geral;

11.1.2. Calamidade pública;

11.1.3. Interrupção dos meios de transporte;

11.1.4. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,

11.1.5. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.

11.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;

11.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. O compromisso para fornecimento dos materiais registrados nesta **ATA** será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato;

[NomeAutoridade]

[RazaoSocialParticipante]

Craíbas/AL, _____ de _____ de _____.

DEMONSTRATIVO DE ITENS REGISTRADOS



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO – BENS

TERMO DE CONTRATO Nº (...) / 20XX, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS/AL, E A EMPRESA (...) PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE.

CONTRATANTE: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRAÍBAS/AL**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.439.549/0001-99, Rua Pedro Gama, Centro, nº 122, CEP: 57320-000, Craíbas/AL, representado por seu Prefeito, Sr. TEÓFILO JOSÉ BARROSO PEREIRA Brasileiro, casado, portador do RG de nº XXXX SSP AL e do CPF de nº XXXXXXXX.

CONTRATADA: A empresa (...nome...), inscrita no CNPJ sob o nº(...) e estabelecida na (...endereço...), e com o seguinte endereço eletrônico (...@...), representada pelo seu (...cargo do representante legal...), Sr. (...nome...), inscrito no CPF sob o nº (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (...procuração/contrato social/estatuto social...);

Os CONTRATANTES, nos termos do Processo nº xxxxxxxx/20xx, inclusive Parecer da PGM, e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, e da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, celebram o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir renunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza e higiene destinados a atender as necessidades do Município de Craíbas/AL, que serão prestados nas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº xx/20xx e na proposta nele vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. O Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário/Mensal	Valor Total
(...)	(...)	(...)	(...)	R\$ (...)	R\$ (...)



(...)	(...)	(...)	(...)	R\$ (...)	R\$ (...)
Valor Total					R\$ (...)

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. A contratação tem prazo de vigência até 31 de dezembro do corrente ano, contado da data da assinatura, devendo seu extrato contratual ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas - AMA, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, sendo prorrogável na forma do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do Termo de Contrato é de R\$ (...) (...por extenso...).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Craíbas/AL, para o exercício de 20xx, na classificação abaixo:

Órgãos: xx – xxxxxxxxxxxx

Unidade Orçamentária: xxxxxxxxxxxx

Funcional Programática: xxxxxxxxxxxx

Elemento de Despesa: xxxxxxxxxxxx

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.



8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. As regras acerca da entrega e critérios de aceitação do objeto são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

9. CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. As regras acerca do acompanhamento e fiscalização do contrato são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

10. CLÁUSULA DEZ – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As regras acerca das obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

11. CLÁUSULA ONZE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As regras acerca das sanções administrativas são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato.

12. CLÁUSULA DOZE – DA RESCISÃO

12.1. O Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Termo de Contrato;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA TREZE – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.



14. CLÁUSULA QUATORZE – DAS ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato.

14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as CONTRATANTES poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Contrato.

15. CLÁUSULA QUINZE - DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002, e em demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS – DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do Termo de Contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DEZESSETE – DO FORO

17.1 É eleito o Foro da Comarca de Arapiraca/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Para firmeza e validade do pactuado, o Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelas CONTRATANTES.

Craíbas (AL), em (...) de (...) de (...).

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

CPF Nº

TESTEMUNHA

CPF Nº



MODELO DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº e do
CPF nº, **DECLARA**, e no Edital da licitação de referência, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências
do Edital.

Local e data.

(Representante legal)



DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

DECLARAÇÃO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº e do
CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da licitação de referência, a
inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, comprometendo-se a informar
eventuais e futuras ocorrências nesse sentido, sob as penas da Lei.

Local e data.

(Representante legal)



DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal, o Sr.
....., portador da Carteira de Identidade nº e do
CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666,
de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no Edital da licitação
de referência, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,
nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de
quatorze anos.

Local e data.

(Representante legal)



DECLARAÇÃO GRAU DE PARENTESCO

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

A empresa, inscrito no CNPJ sob o nº, localizada na Neste ato representado por representante legal, o Sr (a)., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para os devidos fins, que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; e não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação

Local e data.

(Representante legal)



DECLARAÇÃO DE ME/EPP

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

A empresa, inscrito no CNPJ sob o nº, localizada na Neste ato representado por representante legal, o Sr (a)., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para os devidos fins, que enquadra-se na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte.

Local e data.

(Representante legal)